



DEFECTIVIDADE COMO UMA JANELA PARA A ARQUITETURA DA GRAMÁTICA: FORMAS VERBAIS INEFÁVEIS DO PORTUGUÊS

ANA PAULA SCHER*
GIULIA YOKOMIZO GIRARDI**

RESUMO

Este artigo discute formas inefáveis em paradigmas da flexão verbal do português. Para dar conta da inexistência de material fonológico correspondente a determinadas combinações de traços morfossintáticos, recorremos a formulações recentes de uma teoria de inserção de vocabulário em Morfologia Distribuída (cf. EMBICK, 2015), bem como a propostas, dentro desse mesmo modelo, que sugerem que há restrições para a realização de algumas raízes em determinados contextos (cf. HARLEY, 2014).

Palavras-chave: defectividade, formas inefáveis, inserção de vocabulário

ABSTRACT

This paper is about ineffable forms in Portuguese verbal inflection paradigms. To account for the absence of phonological material corresponding to certain morphosyntactic feature combinations, we make use of recent formulations for a theory of vocabulary insertion in Distributed Morphology (cf. EMBICK, 2015). We also resort to some proposals, in this very model, which suggest that there are restrictions for the phonological realization of some roots in certain contexts (cf. HARLEY, 2014).

Keywords: defectivity, ineffable forms, vocabulary insertion

* Universidade de São Paulo, USP. Professora Livre-Docente, Pesquisadora do CNPq, com Bolsa de Produtividade, processo: 303461/2017-9, e-mail: anascher@usp.br.

** Universidade de São Paulo, USP. Pesquisadora em nível de Iniciação Científica, e-mail: giulia.girardi@usp.br.

1 INTRODUÇÃO

A tradição gramatical afirma que a defectividade ocorre quando formas esperadas como resultado da aplicação de um determinado conjunto de regras de formação de palavras, de fato, não se realizam na língua.¹ Trata-se de um fenômeno comum nas línguas naturais, de modo que sua ocorrência se dá de forma mais recorrente entre os verbos, mas não se limita a eles, estendendo-se a formas pronominais (cf. STUMP, 2010) e nominais (cf. SIMS, 2006). No português, a defectividade associa-se, muito classicamente, a formas de verbos tais como *abolir* e *falir*, por exemplo.

Para Cunha e Cintra (2017), verbos defectivos são todos aqueles que não possuem a conjugação completa, ou seja, que apresentam lacunas na realização de suas formas flexionadas. Além disso, são apontados dois grupos de verbos defectivos, conforme o preenchimento dos paradigmas relevantes na gramática do português: o primeiro envolve verbos que não realizam a primeira pessoa do singular (1ª.Sg) do presente do indicativo nem qualquer forma do presente do subjuntivo. Além disso, no imperativo, realizam apenas a 2ª.Sg do afirmativo. O segundo grupo envolve aqueles verbos que não realizam as formas rítonicas do presente do indicativo e também não realizam as formas do presente do subjuntivo ou do imperativo.

QUADRO 1 – FORMAS FLEXIONADAS DO VERBO *COLORIR*, DO GRUPO 1

Indicativo	Subjuntivo	Imperativo	
		Afirmativo	Negativo
Presente	Presente		
—	—	—	—
colore	—	colore	—
colore	—	—	—
colorimos	—	—	—
colorem	—	—	—
colorem	—	—	—

Fonte: elaborado pelas autoras.

QUADRO 2 – FORMAS FLEXIONADAS DO VERBO *DELINQUIR*, DO GRUPO 2

Indicativo	Subjuntivo	Imperativo	
		Afirmativo	Negativo
Presente	Presente		
—	—	—	—
—	—	—	—
—	—	—	—
delinquimos	—	—	—
—	—	—	—
—	—	—	—

Fonte: elaborado pelas autoras.

¹ Os termos *paradigma* e *defectividade* (além de seus correlatos) serão usados neste artigo em seu sentido descritivo, portanto, de forma dissociada das ideias características de modelos de análise morfológica que assumem o paradigma como um primitivo.

Pires (2006, p. 1) procura oferecer uma análise para a sintaxe de um subconjunto de domínios sentenciais defectivos que podem incluir gerúndios, infinitivos e, em alguns casos, subjuntivos. Trata-se de domínios deficientes em termos de sua especificação para certos traços tais como tempo e concordância, que, de modo geral, têm grande relevância para operações sintáticas associadas à realização e interpretação do sujeito, à marcação de Caso e ao controle do sujeito.

Por sua vez, Embick (2015, p. 9), pelo viés do modelo da Morfologia Distribuída, afirma que, se as raízes são especificadas para representação fonológica subjacentemente, então as diferentes formas de realização de uma mesma raiz devem estar sujeitas a algum tipo de restrição, tal como ocorre com os morfemas funcionais. Assim, continua o autor, é possível que uma teoria geral de inserção de vocabulário que envolva a ausência de fonologia na representação subjacente dos morfemas funcionais possa se estender às raízes, se elas, de fato, apresentarem supleção, ou mesmo, pensamos nós, alomorfia.

Associada a essa hipótese de que as raízes podem não possuir representação fonológica subjacente, a ideia de deficiência ou de defectividade relacionada à natureza ou configuração de certos traços (cf. PIRES, 2006) suscita algumas questões sobre as lacunas, ou formas inefáveis, no sistema verbal do português.

- a) A defectividade no sistema flexional verbal do português deve-se a alguma especificação ou configuração especial dos traços da forma inefável? Se sim, que traços podem estar envolvidos: *v* (classe), *T* ou *Agr*?
- b) Será possível relacionar a defectividade a uma combinação de fatores, tais como configurações especiais de traços do morfema abstrato, por um lado, e um alomorfe da raiz sem material fonológico, por outro?

Para tratarmos das questões acima, este artigo se organiza da seguinte maneira. Na seção 2, apresentamos algumas propostas para a análise de formas defectivas em modelos de análise morfológica distintos. Em seguida, na seção 3, relacionamos a defectividade a questões sobre a derivação de formas verbais no português. A seção 4, então, compreende uma breve apresentação de alguns dos pressupostos do modelo da Morfologia Distribuída, que fomenta esta pesquisa, bem como a exposição de alguns de seus desenvolvimentos mais recentes, que suscitaram a discussão dos dados do português. Finalmente, na seção 5, apresentamos algumas considerações finais.

2 DEFECTIVIDADE E PRODUTIVIDADE

Restrições relacionadas à produtividade de certas regras gramaticais, de certa forma, sempre nortearam os estudos sobre as lacunas existentes em contextos sistemáticos de natureza verbal, nominal ou adjetival nas línguas naturais. Halle (1973), por exemplo, um dos pioneiros nos estudos linguísticos sobre a defectividade, sugere duas possibilidades para dar conta da inexistência de formas nominais do inglês como **deprival*, **accusal*, etc., ou **arrivation*, **refusation*, etc., ou, ainda da inexistência de formas verbais de 1ª.Sg de um conjunto de verbos do russo: **lazu* (eu subo), **derzu* (eu converso rudemente), etc. Segundo o autor, palavras como essas são geradas pelo componente de formação de palavras da gramática, mas são marcadas com um traço [-inserção lexical], o que impede a sua existência concreta na língua. O autor acrescenta que somente itens sujeitos a regras de formação de palavras não produtivas poderiam exibir o traço [-inserção lexical], sendo os demais marcados por *default*, como [+inserção lexical]. Hetzron (1975), embora se oponha à proposta de Halle, também investe na hipótese de que a defectividade tem a ver com processos não produtivos de formação de palavras. O autor assume que o falante segue as regras de formação de palavras para todas as formas, exceto para as “excepcionais”, que seriam produzidas a partir de um conjunto de regras disjuntivas em que tais formações estariam listadas de maneira explícita. A defectividade, portanto, teria origem numa lista de regras específicas — não produtivas — para formas que destoassem das regras de formação de palavras, de modo que o falante acessaria essa lista separada quando o uso de termos defectivos fosse solicitado.

A ideia de Hetzron (1975) faz eco nas propostas em Albright (2003, 2009), que retomam o caráter disjuntivo do conjunto de regras proposto por aquele autor, sugerindo que a incerteza dos falantes sobre as formas flexionadas reflete diretamente a gramática, uma vez que as formas defectivas provêm de regras indeterminadas ou irreconciliáveis de formação de palavras. Uma vez que as regras de formação dos termos defectivos não são claras e, por esse motivo, devem estar listadas separadamente das demais regras, a proposta de Hetzron converge com a hipótese de Albright de que a incerteza está na gramática de maneira direta. Outro ponto central para a proposta de Albright (2003, 2009) é a associação entre os dois padrões de defectividade do espanhol (semelhantes aos do português, como veremos) e as alternâncias morfofonológicas do sistema verbal espanhol (ditongação e inserção de consoante velar, principalmente). Defende-se que a incerteza quanto à realização das alterações morfofonológicas nas formas flexionadas é um dos fatores que ocasionam as lacunas nos dois tipos de paradigmas defectivos.

Investigando a defectividade a partir do ponto de vista fonológico, Stump (2010) a relaciona com o fenômeno do sincretismo (ocorrência de uma mesma forma em mais de uma célula no paradigma), a fim de comprovar que nem todas as instâncias da defectividade podem ser reduzidas a um fenômeno independente. O autor conclui que a defectividade é condicionada por uma restrição na realização fonética da forma correspondente a uma célula de conteúdo. De modo semelhante, Nevins, Damulakis e Freitas (2014) constroem sua análise para os verbos defectivos do português, baseada na generalização feita em

Postma (2013), que afirma que 87% desses verbos possuem uma consoante sonorante coronal (n, l, r, ɲ) seguindo imediatamente a vogal final da raiz verbal (*banir, polir, colorir*).² Para verificar se os falantes nativos de português assumem como defectivos os verbos descritos como tal pela tradição gramatical e se a generalização de Postma é internalizada por esses falantes, os autores realizam experimentos para identificar a familiaridade dos falantes com os verbos que a gramática aponta como defectivos e o grau de confiança desses falantes em relação às formas que são instados a produzir. Os procedimentos adotados nesse experimento são os mesmos adotados por Albright (2003, 2009) para os dados do espanhol e os autores concluem que os verbos *abolir, banir, colorir, demolir, falir, imergir, parir, polir* e *ruir* são defectivos verdadeiros em português, diferentemente de *emergir, engolir, exaurir, explodir, florir, grunhir, latir* e *ungir*, que não são defectivos, para os participantes do experimento. Além disso, observam que todas as formas inefáveis, com apenas duas exceções (*imergir* e *ruir*), possuem uma consoante sonorante coronal na raiz, o que está de acordo com a generalização de Postma. Os autores, então, de modo paralelo a Arregi e Nevins (2014), abordam a defectividade como um caso de radicais dissupletivos, ou seja, a raiz de um verbo defectivo possui dois alomorfes, de modo que o primeiro é extremamente limitado pelo contexto (como no exemplo de *abolir* em (1), a seguir), e o segundo é de realização inefável — não é definido pelo *output* da inserção de vocabulário³

- (1) Item de vocabulário para o preenchimento da raiz √ABOL385
 √ABOL385 ↔ /abol/ [-consonantal, +alto, -posterior]
 √ABOL385 ↔ não há especificação para essa raiz nos demais ambientes

(Adaptado de Arregi e Nevins (2014, p. 325) e Nevins, Damulakis e Freitas (2014, p. 20))⁴

Em suma, todos os trabalhos apresentados nesta seção apontam para uma mesma hipótese: a defectividade ocorre em contextos não produtivos. Em todas as propostas, as lacunas surgem a partir de um contexto muito particular: seja por motivações fonológicas, seja pela necessidade de marcação por um traço, seja pela presença numa lista de regras específicas.

2 Tivemos acesso às informações sobre a proposta de Postma (2013) somente por meio do trabalho de Nevins, Damulakis e Freitas (2014).

3 Arregi e Nevins (2014) retomam os verbos defectivos do espanhol a partir da análise de itens *caboodle*, que bloqueiam instruções interpretativas de um ambiente *elsewhere* (sem especificação para a inserção de fonologia): haverá apenas uma ocorrência possível na entrada de vocabulário relevante. (HARLEY, 2014, p. 244)

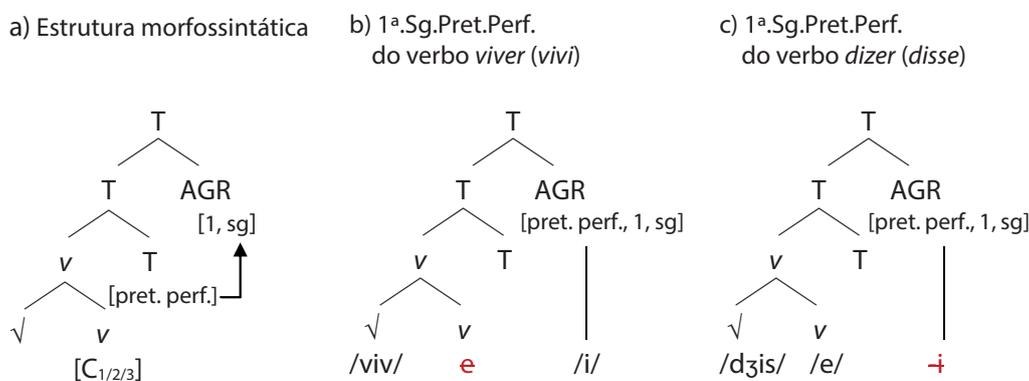
4 Essa proposta reflete a ideia, defendida em trabalhos recentes (cf. HARLEY, 2014; KASTNER; ZU, 2017, entre outros), de que algumas raízes só são interpretadas fonologicamente em alguns contextos.

3 A DERIVAÇÃO DE FORMAS VERBAIS NO PORTUGUÊS E A DEFECTIVIDADE

Em sua análise da flexão verbal do português brasileiro, baseada no modelo da Morfologia Distribuída⁵, Bassani e Lunguinho (2011) sugerem que os núcleos funcionais *v*, *T* e *AGR* são os nós relevantes para a flexão verbal, uma vez que neles se distribuem os traços morfossintáticos formadores da flexão.⁶ A hipótese formulada pelos autores refere-se aos verbos regulares e prevê que a combinação entre esses três nós pode se alterar por meio de operações de fusão e empobrecimento no componente morfológico.

Girardi (2020) parte do modelo de descrição utilizado para os verbos regulares por Bassani e Lunguinho para a observação dos dados dos paradigmas irregulares e defectivos do português. Constata-se, em primeiro lugar, que os verbos irregulares se organizam da mesma maneira que os verbos regulares. Em outras palavras, para um mesmo tempo e modo, esses dois tipos de verbos submetem-se às mesmas operações morfológicas e possuirão uma estrutura morfossintática organizada de forma semelhante (cf. (2)a). As divergências entre os dois grupos concentram-se nas raízes, uma vez que há variação de formas para uma mesma raiz dos verbos irregulares (cf. (2)c), ao passo que, para os regulares, a raiz realiza-se por um único item de vocabulário (cf. (2)b).⁷

(2) Formas verbais de 1ª.Sg.Pret.Perf. de verbos de classe 1, 2 e 3.⁷



Nesse sentido, seria possível afirmar que as formas verbais de um verbo irregular como *dizer* derivam das mesmas estruturas morfossintáticas de que são derivadas as formas

⁵ Esse modelo será apresentado de forma breve na próxima seção.

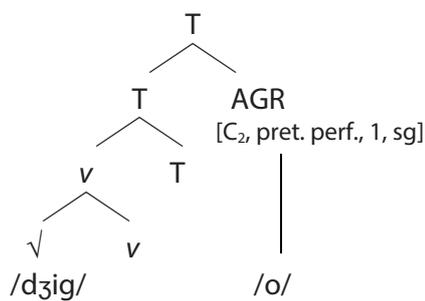
⁶ Embick e Halle (manuscrito não publicado) apresentam proposta semelhante para formas verbais do latim. Este material parece ter sido publicado pela Mouton de Gruyter, em 2006. Infelizmente não tivemos acesso a essa publicação. A mesma análise, no entanto, é retomada em Embick (2015, p. 100).

⁷ A inserção do material fonológico nas estruturas morfossintáticas relevantes resulta nas formas *vivei* e *dissei*, uma vez que verbos de classe 2 têm vogal temática [e]. Entretanto, logo após a inserção de vocabulário, operações de reajuste fonológico atuam nessas formas, transformando-as em *vivi* e *disse*, respectivamente. As formas que não são pronunciadas aparecem em vermelho e tachadas.

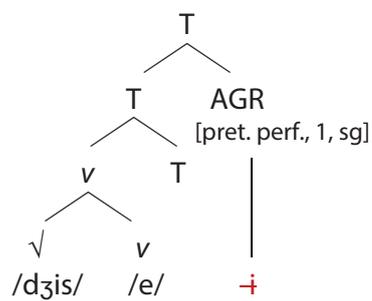
verbais de qualquer outro verbo de segunda conjugação. Assim, as múltiplas realizações fonológicas para a raiz de *dizer* devem ter a ver com as informações de modo, tempo ou concordância que a acompanham — ***digo***, ***disse***, ***dizia*** e ***diria***. As representações em (3) ilustram essa afirmação:⁸

(3) Formas verbais de *dizer* (indicativo).

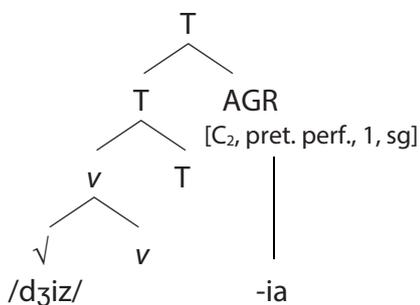
a) 1ª.Sg.Presente — *digo*⁹



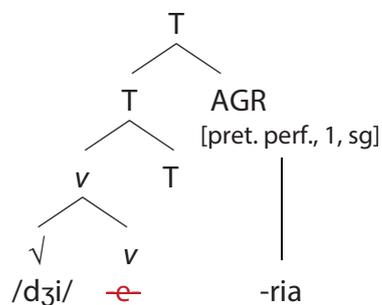
b) 1ª.Sg.Pret.Perf. — *disse*¹⁰



c) 1ª.Sg.Pret.Imperf. — *dizia*¹¹



d) 1ª.Sg.Fut.Pret. — *diria*¹²



Isso nos leva a questionar o que determina, exatamente, a fonologia da raiz em cada um dos dados acima. Por razões que ficarão mais claras na seção 4 deste artigo, sugerimos que questões de alomorfia contextual, relacionadas aos traços de classe verbal, modo, tempo e concordância, particulares de cada forma verbal, serão responsáveis por determinar qual das quatro opções de fonologia será empregada em cada caso (cf. (4)).

8 Para mais detalhes sobre as estruturas internas das formas verbais e os itens de vocabulário que competem para o preenchimento dos nós abstratos da derivação, conferir Bassani e Lunguinho (2011) e Girardi (2020).

9 Fusão de v, T e AGR, no singular.

10 Fusão de T e AGR, no singular e no plural.

11 Fusão de v, T e AGR, no singular.

12 Fusão T e AGR no singular.

- (4) Alomorfa contextual para a raiz √DIZ
- √DIZ ↔ /dʒiz/ {Pl. Pres. Ind, Pret.Perf. Ind., 2ª Imperativo, Gerúndio}
 - √DIZ ↔ /dʒig/ {1ª.Sg. Pres. Ind., Pres. Subj.}
 - √DIZ ↔ /dʒi/ {Fut. Ind., Particípio}
 - √DIZ ↔ /dʒis/ {Pret.Perf. Ind., Pret.+Perf. Ind., Pret.Imperf. Subj., Fut. Subj.}

Com base na similaridade observada entre as estruturas morfossintáticas dos verbos regulares e irregulares, Girardi (2020) comparou os paradigmas dos verbos defectivos do português com os dos verbos regulares e verificou que há, também nesse caso, semelhanças em sua estrutura sintática. Assim, uma vez que os mecanismos de produção dessas formas operam da mesma maneira, sugere-se que, se as formas inefáveis dos paradigmas defectivos pudessem se realizar, elas provavelmente se constituiriam de forma semelhante às dos paradigmas regulares.

Uma observação semelhante já havia sido feita em Scher (2019), que relaciona a eventual produção de formas verbais consideradas inexistentes em paradigmas verbais defectivos no português à consciência morfológica do falante dessa língua. A autora destaca as semelhanças estruturais entre as formas verbais de paradigmas irregulares, por um lado, e as de paradigmas defectivos, por outro (cf. quadros (3) e (4)).

QUADRO 3 – PARADIGMA DE VERBOS IRREGULARES E SUAS SEMELHANÇAS COM O PARADIGMA DE VERBOS DEFECTIVOS DE TIPO I

TIPO I

Verbos Irregulares		
	dormir	convergir
1sg	durmo	convirjo
2sg	dorme	converge
3sg	dorme	converge
1pl	dormimos	convergimos
2pl	dormem	convergem
3pl	dormem	convergem

Verbos Defectivos		
	banir	abolir
1sg	--	--
2sg	bane	abole
3sg	bane	abole
1pl	banimos	abolimos
2pl	banem	abolem
3pl	banem	abolem

Fonte: extraído de Scher (2019).

QUADRO 4 – PARADIGMA DE VERBOS IRREGULARES E SUAS SEMELHANÇAS COM O PARADIGMA DE VERBOS DEFECTIVOS DE TIPO II

TIPO II

Verbos Irregulares		
	agredir	prevenir
1sg	agrido	previno
2sg	agride	previne
3sg	agride	previne
1pl	agredimos	prevenimos
2pl	agridem	previnem
3pl	agridem	previnem

Verbos Defectivos		
	falir	delinquir
1sg	--	--
2sg	--	--
3sg	--	--
1pl	falimos	delinquimos
2pl	--	--
3pl	--	--

Fonte: extraído de Scher (2019).

O quadro 3 sugere que as formas verbais de 1ª.Sg.Pres.Ind dos verbos *dormir*, *convergir*, *banir* e *abolir* compõem-se, todas, do mesmo conjunto de traços, o mesmo se verificando para todas as formas do Pres. Ind. dos verbos *agredir*, *prevenir*, *falir* e *delinquir*, com exceção da forma de 1ª.Pl. Por alguma razão, os conjuntos de traços das formas relevantes de *dormir*, *convergir*, *agredir* e *prevenir* são compatíveis com uma realização fonética. O mesmo, no entanto, não ocorre com *banir*, *abolir*, *falir* e *delinquir*, que têm formas inefáveis nos mesmos contextos.

A autora observa que há uma diferença entre o que a tradição gramatical define como verbos defectivos e aquilo que, de fato, o falante entende como tal.¹³ Com dados retirados de páginas da internet, verifica-se que os verbos que, de fato, apresentam formas inefáveis são aqueles que não ocorrem na língua falada com frequência, ou seja, pertencem a domínios menos produtivos. Para os verbos de uso mais frequente, os falantes realizam todas as suas formas¹⁴ e o fazem com base nas regras mais produtivas que derivam os verbos irregulares¹⁵ da língua e que compõem o conhecimento morfológico do falante.

¹³ Como descrito na seção 2, Nevins, Damulakis e Freitas (2014) comprovam experimentalmente essa observação.

¹⁴ Os falantes não deixam lacunas nos paradigmas, ainda que sejam previstas pela tradição gramatical.

¹⁵ E, conforme Girardi (2020), os regulares também.

4 UMA TEORIA DE INSERÇÃO DE VOCABULÁRIO PARA RAÍZES E TRAÇOS MORFOSSINTÁTICOS: UM CAMINHO PARA A COMPREENSÃO DAS FORMAS INEFÁVEIS

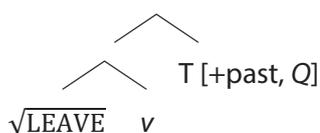
Na Introdução deste artigo, sugerimos que algumas questões sobre a natureza das formas inefáveis do sistema verbal do português podem estar vinculadas à associação entre a ideia de defectividade relacionada à não especificação de certos traços morfossintáticos (cf. PIRES, 2006) e a possibilidade de as formas de realização de uma mesma raiz estarem sujeitas a algum tipo de restrição, tal como ocorre com os morfemas funcionais (cf. EMBICK, 2015).

A possibilidade apresentada por Embick remete aos pressupostos do modelo da Morfologia Distribuída (cf. HALLE; MARANTZ, 1993 e trabalhos subsequentes), MD, daqui para frente. De modo geral, esse modelo é descrito como uma proposta não lexicalista para o tratamento da formação de expressões linguísticas. Sem um componente lexical, a arquitetura da gramática dispõe de três listas, todas elas desprovidas de qualquer característica gerativa. A primeira contém raízes e traços morfossintático-semânticos que alimentam a sintaxe, a segunda contém itens de vocabulário (IVs) que preenchem com fonologia os nós terminais gerados pelas operações sintáticas e a terceira faz a conexão entre as expressões linguísticas e o conhecimento de mundo do falante.

Uma das questões centrais desse modelo diz respeito à natureza fonológica dos integrantes da primeira lista. De forma mais ou menos consensual, os seguidores da proposta admitem que os traços morfossintático-semânticos são desprovidos de material fonológico, que só entra na derivação pós-sintaticamente, por meio da intervenção dos IVs da segunda lista. No entanto, no que diz respeito às raízes, não há consenso sobre isso. Embick (2007), por exemplo, com base em dados relativos à formação de adjetivos comparativos do inglês, argumenta em favor da fonologia na raiz desde o começo da derivação sintática; Harley (2014), por sua vez, com base em dados de verbos supletivos da língua Hiaki, sugere que não há fonologia na raiz.

O que Embick faz, no texto de 2015, é propor, dentro do modelo da MD, uma teoria para a inserção de vocabulário para os morfemas funcionais, que sugere que cada um desses morfemas contenha uma variável *Q* (cf. (5)) que será substituída pelo material fonológico relevante nesse processo (cf. (6)):

(5) *left*



(cf. EMBICK, 2015, p. 97)

- (6) IVs para T[+past],
 a. T[+past] ↔ -t/{√BEND, √LEAVE,...}
 b. T[+past] ↔ -∅/{√HIT, √QUIT,...}
 c. T[+past] ↔ -ed

(cf. EMBICK, 2015, p. 97)

Mais importante que isso para a presente proposta, o autor aventava a possibilidade de que também as raízes possam dispor dessa variável. Isso abre um caminho para o tratamento de raízes como morfemas que, da mesma forma que morfemas funcionais, não dispõem de uma representação fonológica subjacente, mas recebem essa fonologia por meio da operação de inserção de vocabulário.

Outro desenvolvimento mais recente da MD pode ser observado nas propostas de Harley (2014), Arregi e Nevins (2014), Nevins, Damulakis e Freitas (2014), Kastner e Zu (2017), entre muitos outros. Trata-se da ideia de que determinadas raízes poderão encontrar uma realização fonológica apenas em determinados contextos, como já apontamos na nota 4 deste artigo. No caso de Arregi e Nevins (2014) e Nevins, Damulakis e Freitas (2014), motivados pelas condições fonológicas evidenciadas pelos paradigmas de verbos defectivos no português, os autores sugerem que esse contexto é fonológico.

Kastner e Zu (2017), por sua vez, adotam a mesma ideia da restrição para a realização fonológica de algumas raízes, mas atribuem essa condição a contextos estruturais bem particulares. Sua proposta para lacunas de paradigmas do hebraico e do latim (cf. Quadros (5) e (6)) desvia da tendência a caracterizá-las como primitivos morfossintáticos ou como resultado de competição. Para os autores, essas lacunas resultam da própria construção da estrutura sintática: certas formas não podem ser geradas devido a restrições sintáticas independentes, de modo que as lacunas nos paradigmas não serão o resultado do bloqueio entre expressões que competem entre si: o sistema simplesmente não gera uma determinada forma.

QUADRO 5 – A ALTERNÂNCIA SINTÉTICO-ANALÍTICA NAS FORMAS PASSIVAS PARA O VERBO *SEREK* ('ELE PENTEOU') DO HEBRAICO

	Ativo	Passiva sintética	Passiva analítica
Passado	<i>serek</i>	<i>sorak</i>	<i>haja mesorak</i>
Infinitivo	<i>lesarek</i>	-----	<i>lihiot mesorak</i>

Fonte: adaptado de Kastner e Zu (2017, p.3).

QUADRO 6 – A ALTERNÂNCIA SINTÉTICO-ANALÍTICA NAS FORMAS PASSIVAS PARA O VERBO *LAUDAT* ('ELE LOUVA') DO LATIM

	Ativo	Não ativo sintético	Paráfrase analítica
Presente imperfeito	<i>laudat</i>	<i>laudatur</i>	<i>laudatus est</i>
Presente perfeito	<i>laudavit</i>	-----	<i>laudatus est/erat</i>

Fonte: adaptado de Kastner e Zu (2017, p.15).

Nos paradigmas no quadros (5) e (6), as células inefáveis correspondem ao infinitivo e à voz passiva sintética, no hebraico, e, também, ao presente perfeito e à voz não ativa sintética,

no latim (cf., também, (7)). Nessas células, há uma lacuna que transcende qualquer característica da forma relevante, seja ela fonológica ou semântica: nenhuma raiz pode ocupar as células vazias nos quadros (5) e (6). Essas lacunas não podem ser preenchidas porque não há uma estrutura para elas e, apesar de haver uma forma analítica para o infinitivo do mesmo verbo, no hebraico, e para o presente perfeito, no latim, as duas construções são diferentes e não se pode dizer que a primeira bloqueia a segunda.

- (7) a. *laud-ã-t-ur*
√laud-TH-3SG-**NACT** (‘ele/ela está sendo louvado’)
- b. **laud-ã-vi-t-ur*
√laud-TH-Perf-3SG-**NACT** (int. ‘ele/ela tem sido louvado’)

Os autores sugerem que, para os casos do hebraico e do latim, a inefabilidade das formas relevantes é originada, portanto, pela impossibilidade de haver alomorfia contextual por relações de adjacência, o que os leva a sugerir, como Harley (2014), que algumas raízes possuem apenas interpretação fonológica em determinados contextos estruturais.¹⁶

A partir do mesmo quadro teórico da MD, ainda sem as atualizações propostas em Harley (2014) e Embick (2015), Lunguinho (2008) sugere uma direção para o tratamento para a defectividade morfológica observada entre os verbos auxiliares do português brasileiro, como *ter*, que não ocorrerá nas formas de particípio passado ou de pretérito perfeito, como mostram (8) e (9):

- (8) *João tinha *tido* comprado um livro.
- (9) *Eu *tive* lido o livro.

De modo geral, o que o autor observa sobre a defectividades dos auxiliares e modais pode ser resumido no quadro (7):

QUADRO 7 – PARADIGMAS DEFECTIVOS DE VERBOS AUXILIARES DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Verbos auxiliares	Defectividade
Ter	Pretérito perfeito e particípio passado
Ir	Pret. perfeito, infinitivo, gerúndio e part. passado
Poder	Pret. perfeito, infinitivo, gerúndio e part. passado → significados epistêmicos
Dever	Pret. perfeito, infinitivo, gerúndio e part. passado → todos os significados

Fonte: adaptado de Lunguinho (2008).

¹⁶ Por questões de espaço, não reproduziremos, aqui, a análise proposta pelos autores para os fatos descritos nos quadros (5) e (6) e no exemplo (7), mas recomendamos ao leitor a leitura do texto. Para o momento, é suficiente apontar que, nessa análise, a adjacência necessária para a ocorrência de alomorfia contextual não se verifica devido à sobreposição das categorias de voz (passiva, no hebraico, e não ativa, no latim) e modo/aspecto (infinitivo, no hebraico, e perfeito, no latim).

Para o autor, as formas inefáveis resultam da manipulação sintática de traços, cuja motivação pode se dar pela incompatibilidade entre esses traços na derivação, resultando na inexistência de uma interpretação em LF (Forma Lógica), ou pela derivação de um morfema abstrato que não possui um expoente fonológico associado a ele, originando a inefabilidade dessa forma em PF (Forma Fonológica).

A observação dos dados de formas inefáveis nos paradigmas verbais do português sugere a adequação de sua análise em termos dos pressupostos do modelo da MD e seus desenvolvimentos mais recentes. Adotando a possibilidade de implementar, também para as raízes, a variável *Q* sugerida por Embick (2015) para os morfemas funcionais, e assumindo, ainda, a ideia de Harley (2014) de que algumas raízes podem não apresentar uma fonologia correspondente em alguns contextos, vamos sugerir, seguindo as ideias de Lunguinho (2008) e Kastner e Zu (2017), que os contextos relevantes para a correspondência entre raízes e as realizações fonológicas possíveis são sintáticos.

Em sua sugestão para a formalização de uma teoria para a inserção de vocabulário, Embick (2015, p. 98) assume com Halle (1990) que essa operação envolve substituição. Em outras palavras, certos morfemas vão possuir um *place-holder Q* como parte de sua representação subjacente em lugar de um expoente fonológico, propriamente. Esse elemento *Q* funciona, portanto, como uma variável, de tal forma que o efeito da operação de inserção de vocabulário será a substituição dessa variável por um expoente fonológico, que será o seu valor (cf. (10)):

(10) Estágios pré e pós-inserção de vocabulário em um morfema de tempo: T[+past, Q]



O autor aponta, ainda, que, em um núcleo complexo, a inserção de vocabulário se aplica primeiro à posição estrutural mais subordinada para depois seguir por toda a estrutura morfossintática afora. Assim, em estruturas como (10), a raiz, que ocupa a posição mais subordinada, será a primeira a receber fonologia no processo de inserção de vocabulário em uma versão do modelo que assumamos que a supleção ou a alomorfia de raízes pode se explicar pela falta de fonologia em sua representação subjacente.¹⁷

Em termos práticos, portanto, para a estrutura morfossintática de um verbo do português, como a que começamos a delinear na seção 3 para algumas formas do verbo *dizer* — *digo, disse, dizia e diria* —, a inserção de vocabulário deve começar pela raiz, seguindo-se de *v*, *T* e *AGR*, respectivamente, ou ainda, dos nós resultantes das operações de fusão e empobrecimento que se aplicarem pós-sintaticamente.¹⁸

¹⁷ É importante ressaltar que essa não é, exatamente, a visão de Embick (2015) para a fonologia da raiz.

¹⁸ Conferir Bassani e Lunguinho (2011) e Girardi (2020).

Dessa maneira, é preciso avaliar com cuidado as propostas de tratamento da defectividade, como a que resumimos em (1) e que repetimos a seguir em (11).

- (11) Item de vocabulário para o preenchimento da raiz $\sqrt{\text{ABOL385}}$
 $\sqrt{\text{ABOL385}} \leftrightarrow /abol/$ [-consonantal, +alto, -posterior]
 $\sqrt{\text{ABOL385}} \leftrightarrow$ não há especificação para essa raiz nos demais ambientes

(Adaptado de Arregi e Nevins (2014, p. 325) e Nevins, Damulakis e Freitas (2014, p. 20))

Esse tipo de sugestão, que admite a possibilidade de uma raiz não ter realização fonológica, caso não observe determinadas condições da mesma natureza, encontra dificuldades em um modelo em que a sequência no processo de inserção vocabular deve começar pela raiz: sem a possibilidade de verificar a fonologia correspondente aos morfemas que ainda estão por receber material fonológico, o sistema não poderá escolher uma entre as duas opções apresentadas em (1)/(11). Isso sugere, portanto, que as restrições que motivam a inefabilidade das formas verbais são de outra natureza. Nossa hipótese é que elas sejam de natureza sintática, ou seja, é a estrutura sintática que estabelece as condições para a realização de determinada forma. Nesse sentido, nossa proposta se aproxima da proposta de Halle (1973), que sugere que formas inefáveis sejam geradas pelo componente de formação de palavras da gramática, que, no nosso caso, é a sintaxe.

Assim, considerando que as raízes podem exibir supleção ou alomorfa, vamos admitir que elas também possuam uma variável Q em sua representação subjacente, em detrimento de um expoente fonológico (cf. (12)).

- (12) [$\sqrt{\text{RAIZ}}$, Q]

Sob essa perspectiva, as formas inefáveis dos paradigmas verbais do português podem ser o resultado da substituição da variável Q por um item \emptyset diante de contextos específicos. Assim, a defectividade do tipo 1, em que são inefáveis as formas de 1ª.Sg.Pres.Indic., bem como as formas de Pres.Subj. ou Imperativo (tanto afirmativo, quanto negativo), pode ser ilustrada pelo verbo *colorir*. Os itens de vocabulário correspondentes à raiz $\sqrt{\text{COLOR}}$ podem ser descritos da seguinte maneira:

- (13) IVs para [$\sqrt{\text{COLOR}}$, Q]:
a. $\sqrt{\text{COLOR}} \leftrightarrow \emptyset$ / [1ª.Sg.Pres.Ind.; Pres.Subj.; Imp.]
b. $\sqrt{\text{COLOR}} \leftrightarrow /kolor/^{19}$ [nos demais ambientes]

A descrição para os IVs de [$\sqrt{\text{COLOR}}$, Q], em (13), garante, assim, que a variável Q da representação subjacente dessa raiz seja substituída pelo item \emptyset nos contextos de 1ª.Sg.Pres.Ind., Pres.Subj. e Imperativo; já nos demais casos, o valor atribuído a essa variável será /kolor/.

19 Desconsideramos aqui as diferenças existentes entre as formas rizotônicas e arrizotônicas do verbo *colorir*. Por isso não marcamos o acento nessa forma.

Para o tipo 2 de defectividade, que compreende verbos como *precaver*, que não realizam as formas rizotônicas (em que o acento recai sobre a raiz) do Pres.Ind., nem formas de Pres. Subj. ou de Imperativo, sugerem-se os seguintes itens de vocabulário:

- (14) IVs para [$\sqrt{\text{PRECAV}}$, Q]:
 a. $\sqrt{\text{PRECAV}} \leftrightarrow \emptyset$ / [Sg.Pres.Ind, 2ª.PI.Pres.Ind, 3ª.PI.Pres.Ind, Pres.Subj, Imp.]
 b. $\sqrt{\text{PRECAV}} \leftrightarrow /prekav/^{20}$ [nos demais ambientes]

A lista de itens de vocabulário em (14) se organiza de maneira análoga àquela em (13): o item fonológico \emptyset será selecionado como o valor de Q para [$\sqrt{\text{PRECAV}}$, Q] nos contextos de Sg.Pres.Ind, 2ª.PI.Pres.Ind, 3ª.PI.Pres.Ind, Pres.Subj ou Imperativo. Para os demais contextos, o valor atribuído a Q em [$\sqrt{\text{PRECAV}}$, Q] será /prekav/.

O fato de que a operação de inserção de vocabulário deve começar pela raiz, como apontamos antes, sugere que a atribuição do valor vazio (\emptyset) à variável Q de uma raiz pode ter consequências importantes para a inserção de vocabulário nos demais terminais da derivação. Em vários casos, a atribuição de valor à variável Q desses outros terminais depende da informação fonológica correspondente à raiz. Assim, sem essas informações, ou seja, na eventualidade de o contexto sintático determinar a inserção do \emptyset , esses terminais ficarão impossibilitados de receber um valor para suas respectivas variáveis Q, resultando, portanto, na inefabilidade das formas relevantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos mostrar, de modo mais particular, que a defectividade no sistema flexional verbal do português envolve tanto uma configuração especial de traços tais como *v* (classe), T ou Agr, como a possibilidade de que os diferentes alomorfes de uma mesma raiz possam ser representados como partes de um item de vocabulário.

A proposta aqui delineada depende de desenvolvimentos recentes do modelo da MD presentes em Harley (2014) e Embick (2015) e sugere que contextos sintáticos específicos podem levar uma raiz a não realizar a fonologia que lhe é canonicamente atribuída. Sem essa informação de natureza fonológica, relevante para que os passos seguintes da inserção de vocabulário se realizem, o sistema não pode continuar o processo, resultando na inefabilidade das formas relevantes.

20 Desconsideramos aqui as diferenças existentes entre as formas rizotônicas e arrizotônicas do verbo *precaver*. Por isso não marcamos o acento nessa forma.

REFERÊNCIAS

- ALBRIGHT, A. A quantitative study of Spanish paradigm gaps. In: GARDING, G.; TSUJIMURA, M. (ed.). *West coast conference on formal linguistics 22 proceedings*. Somerville, MA: Cascadilla Press, 2003. p. 1-14.
- ALBRIGHT, A. Lexical and morphological conditioning of paradigm gaps. In: RICE, C.; BLAHO, S. (ed.). *Modeling ungrammaticality in optimality theory*. London: Equinox Publishing 2009. p. 117-164.
- ARREGI, K.; NEVINS, A. A monoradical approach to some cases of disuppletion. *Theoretical Linguistics*, Berlin, v. 40, n. 3-4, p. 311-330, 2014.
- BASSANI, I. de S.; LUNGUINHO, M. V. Revisitando a flexão verbal do português à luz da Morfologia Distribuída: um estudo do presente, pretérito imperfeito e pretérito perfeito do indicativo. *ReVEL*, Edição Especial, n. 5, 2011.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- EMBICK, D. Blocking effects and analytic/synthetic alternations. *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 25, n. 1, p. 1-37, 2007.
- EMBICK, D. *The morpheme: a theoretical introduction*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2015.
- EMBICK, D.; HALLE, M. *Word Formation: aspects of the Latin conjugation in distributed morphology*. Manuscrito não publicado.
- GIRARDI, G. Y. *Defectividade como uma janela para a arquitetura da gramática: verbos defectivos, impessoais e unipessoais no português brasileiro*. 2020. 24 p. Relatório final de pesquisa de Iniciação científica) – Departamento de Linguística. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- HALLE, M. Prolegomena to a Theory of Word Formation. *Linguistic Inquiry*, v. 4, n. 1. MIT Press, 1973. p. 3-16.
- HALLE, M. An Approach to Morphology. *Proceedings of NELS 20*, GLSA, University of Massachusetts. 1990. p. 150–184.
- HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. (ed.). *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge: MIT Press, 1993. p. 111–176.
- HARLEY, H. On the identity of roots. *Theoretical Linguistics*, Berlin, v. 40, n. 3-4, p. 255-276, 2014.

HETZRON, R. Where the grammar fails. *Language*, v. 51, n. 4, p. 859-872, dezembro de 1975.

KASTNER, I.; ZU, V. Blocking and paradigm gaps. *Morphology*, v. 27, n. 4, p. 643-684, 2017.

LUNGUINHO, M. V. On the origins of defectivity: a case study in domain of auxiliary verbs – part I. 2008. Manuscrito não publicado.

NEVINS, A.; DAMULAKIS, J.; FREITAS, M. L. Phonological regularities among defective verbs. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 56, n. 1, Jan./Jun. 2014.

PIRES, A. *The minimalist syntax of defective domains: gerunds and infinitives*. *Linguistik Aktuell/Linguistics Today*, v. 98. John Benjamins B.V. 2006.

POSTMA, G. 2013. Metaphonic Blocking in Portuguese as a Linearization Deadlock. *Workshop on metaphony*, Meertens Institute.

SCHER, A. P. Consciência morfológica e seus reflexos na produção oral e escrita de formas supostamente inexistentes nos paradigmas dos verbos defectivos do português. *In: PILATI, E.; NAVES, R.; SALLES, H (ed.). Novos olhares para a gramática na sala de aula: questões para estudantes, professores e pesquisadores*. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 151-170.

SIMS, A. D. *Minding the gaps: inflectional defectiveness in a paradigmatic theory*. 2006. 311 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Graduate School of The Ohio State University. The Ohio State University, Ohio, 2006.

STUMP, G. Interactions between defectiveness and syncretism. *In: BAERMAN, M., CORBETT, G.; BROWN, D. (ed.). Defective paradigms: missing forms and what they tell us (Proceedings of the British Academy 163)*. London: British Academy/OUP, 2010. p. 181-210.

Artigo convidado.

Recebido e aceito em 21 de maio de 2020.